



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
Curso de Especialização em Relações Internacionais

Qual a posição do Brasil no cenário atual de alianças de acordo com os acordos preferenciais de comércio como o TPP e o TTIP?

Adriana Gomes da Silva

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Doutora Ana Flávia Barros-Platiau

Brasília

2016

O presente trabalho pretende analisar o Brasil diante dos mega-acordos comerciais. A partir de leituras sobre quais são esses mega-acordos, seus membros e seus principais pontos negociados será possível levantar hipóteses sobre o que pode mudar para o BRICS e para o Brasil. O que poderá afetar o comércio brasileiro e como eles podem levar a um isolamento comercial, caso o Brasil não consiga participar? No cenário em que países emergentes conseguiram se unir para exigir transformações a partir de mudanças materiais do sistema multilateral, qual seria o futuro desse processo. Qual seria o impacto sobre o Brasil?

Palavras-chave: governança global, abertura de mercados, Brasil, mega-acordos, BRICS

This paper intends to analyze Brazil in major commercial agreements. Based on readings that aimed at figuring out what such major agreements are, as well their members and key discussed issues, it will be possible to show conclusions on what may change to Brazil and the BRICS. They will also allow this paper to discuss how the Brazilian trade will be affected and how it may lead to commercial isolation if Brazil is not part of such agreements. In a scenario in which emerging economies were able to collaborate in order to demand changes through material alterations of the multilateral system, what will be the future of this process?

Key words: global governance, opening markets, Brazil, trade partnerships and BRICS

## Introdução

O presente trabalho pretende analisar o Brasil diante dos mega-acordos comerciais, a partir da formação de acordos preferenciais de comércio, os também denominados mega-acordos. Como o *Trans Pacific Partnership (TPP)* e o *Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)* podem influenciar ou causar um isolamento econômico e político ao Brasil e ao agrupamento ao qual ele engloba, BRICS. A análise pretende englobar o espaço temporal de 2006 a 2016, antes da eleição de Donald Trump. O presente artigo não incluiu a variável "Governo Trump" por se tratar de objeto de análise muito recente para uma análise em relações internacionais. Logo, o artigo foi baseado no cenário *business as usual*, ou seja, que o Presidente Trump não alteraria significativamente a trajetória de ambos acordos. Analisar o passado recente justifica-se pela oportunidade de traçar cenários para o futuro próximo, haja vista a expectativa de grandes mudanças engendradas pelo no Presidente Norte-americano.

Diante da vitória de Trump, o TPP se fragilizou. No caso do TTIP, ainda no governo Obama, a União Europeia já freou os interesses americanos. Esses fatos deram uma chance de o Brasil recuperar a sua posição no comércio internacional e de repensar o isolamento no qual se colocou ao deixar que a ideologia dominasse o seu comércio internacional

O presente artigo também não incluiu as variáveis: demissão de José Serra e o discurso do chanceler, Aloysio Nunes<sup>1</sup>, que disse que iria “dar nova vida ao Mercosul, aproximar o Mercosul dos países da Aliança do Pacífico e o entendimento do Mercosul com países da União Europeia.” Estes fatores são muito recentes.

A justificativa para a escolha desse tema está no fato de como os acordos (TTIP, TPP) podem influenciar o comércio mundial, principalmente para a China, para a Índia e em menor medida para o Brasil. O TPP, por exemplo, envolveria em torno de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) e fortaleceria o comércio entre Estados Unidos e o Japão. Da mesma forma, os países do sudeste asiático, Vietnã e Malásia, teriam enormes ganhos com este acordo (COSTA, 2016), principalmente com relação ao peso da China.

---

<sup>1</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=Gnw4ZgaDRtk>

O *TTP* e o *TTIP* são acordos preferenciais de comércio. O primeiro é um acordo entre os Estados Unidos e Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã. Já o segundo é um acordo entre os Estados Unidos e a União Europeia (UE) (COSTA, 2016).

A investigação do tema proposto será feita a partir da análise do nível sistêmico e depois nacional, com o caso do Brasil. Este modelo possibilita apresentar uma imagem mais detalhada e correlacionada mais estritamente com a realidade atual. Assim, analisar-se-á o futuro dos BRICS a partir da formação de acordos preferenciais de comércio, os também denominados mega-acordos.

O presente trabalho parte de uma análise econômica, baseada em textos de Vera THORSTENSEN e Lucas FERRAZ, notadamente “O Isolamento do Brasil em relação aos acordos e mega-acordos comerciais” (parte 1). Em seguida são analisadas as perspectivas políticas (parte 2) posto que o impacto de ambos acordos geraria novos arranjos de poder. O objetivo é analisar em que medida as conclusões econômicas correspondem às análises geopolíticas.

#### Parte 1 - Uma análise econômica do impacto dos mega-acordos para o Brasil e parcerias

Os acordos preferenciais de comércio são muito importantes porque têm substituído fontes de regras como a OMC. O último encontro que foi denominado Rodada de Doha não avançou nas negociações, fazendo com que novas regras sejam negociadas por meio de acordos preferenciais de comércio por grupos de países interessados. Representam uma nova estrutura comercial tanto economicamente quanto geopoliticamente. O TPP representa um grande paradigma da história mundial não só na perspectiva econômica quanto na geopolítica, exerce influências regionais e multilaterais, e acaba por envolver a OMC (COSTA, 2016).

Essa nova maneira de negociação paralela acaba fragmentando o sistema regulatório e gerando obstáculos ao comércio internacional. Esta situação fica ainda mais forte com a estruturação do TTIP e do TPP. Os dois acordos envolvem grandes representantes do comércio internacional; e, segundo THORSTENSEN (2013), podem trazer impactos no comércio internacional do Brasil.

Para ela, o Brasil se colocou numa posição de isolamento ao priorizar o

Mercosul e a América do Sul. Negociações importantes como as que o país mantém com a União Europeia acabam não progredindo por causa do medo da abertura de mercados representaria para a industrial nacional de cada país.

Utilizando o modelo de equilíbrio geral computável (EGG) Global Trade Analysis Project (GTAP) nas simulações de seu estudo, THORSTENSEN e FERRAZ (2013) puderam construir cenários com pontos econômicos positivos e negativos do impacto de cada acordo para a economia brasileira.

O que será aproveitado do estudo de THORSTENSEN e FERRAZ é um recorte das simulações dos efeitos dos acordos no Brasil. Com as possibilidades e as probabilidades produzidas, o Brasil poderá investir na sua entrada nesses blocos.

A primeira simulação usada por THORSTENSEN e FERRAZ, que trata do TPP, mostra os impactos dele no Brasil ao considerar a eliminação de tarifas entre os parceiros do TPP; a eliminação das tarifas e de 50% das barreiras não tarifárias (BNTs) entre os parceiros; a eliminação das tarifas entre os parceiros do TPP, com a entrada da China, e a eliminação das tarifas e de 50% das BNTs entre os parceiros do TPP, com a entrada da China.

As barreiras não tarifárias são concedidas por parceiros comerciais a outros países, principalmente por meio desses acordos preferenciais de comércio.

Otaviano Canuto (2012<sup>2</sup>), assinala a importância adquirida por cada barreira comercial nos últimos tempos a nível mundial. Com o surgimento e multiplicação das “cadeias de valor” e do comércio transfronteiriço, o autor explica que as divergências de regulamentação e, principalmente as barreiras não tarifárias se tornaram mais importantes para o comércio mundial do que a redução de tarifas médias.

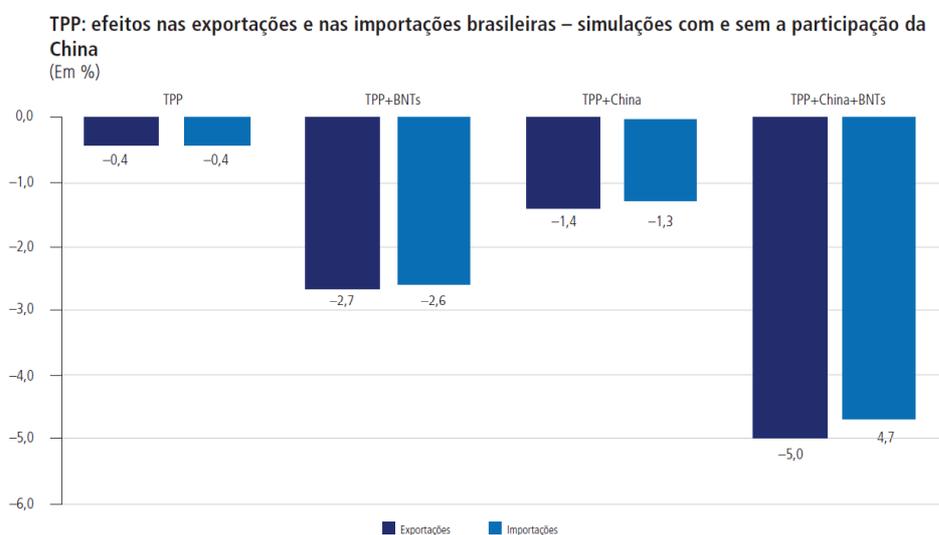
Assim, Canuto (2012) argumenta que países de fora dos mega-acordos sofrerão grande impacto. De primeira ordem, haverá desvio de comércio sobre importações e exportações de bens e serviços e, de segunda ordem, haverá mudanças posteriores de competitividade nos países de dentro dos acordos por acabarem atraindo mais fluxos de investimento e tecnologia.

A OMC conseguiu as 108 adesões para o AFC (Acordo de facilitação de comércio), negociado desde 2013 em Bali. O primeiro acordo deste tipo em 20 anos

---

<sup>2</sup> <<http://cfi.co/africa/2012/08/harnessing-trade-opportunities-for-growth-and-development/>>

pretende aumentar a transparência, simplificar e harmonizar procedimentos, além de reduzir custos e dar mais previsibilidade ao comércio internacional.



Fonte: CCGI/FGV.

No gráfico acima THORSTENSEN e FERRAZ, consideram que há uma queda de 0,4% das exportações brasileiras e há também uma queda das importações, só com a iniciação do acordo e com a eliminação de tarifas pelos seus parceiros.

Logo depois, o gráfico mostra que com a eliminação de 50% das barreiras não tarifárias, há uma redução das exportações de 2,7% e de importações de 2,6%.

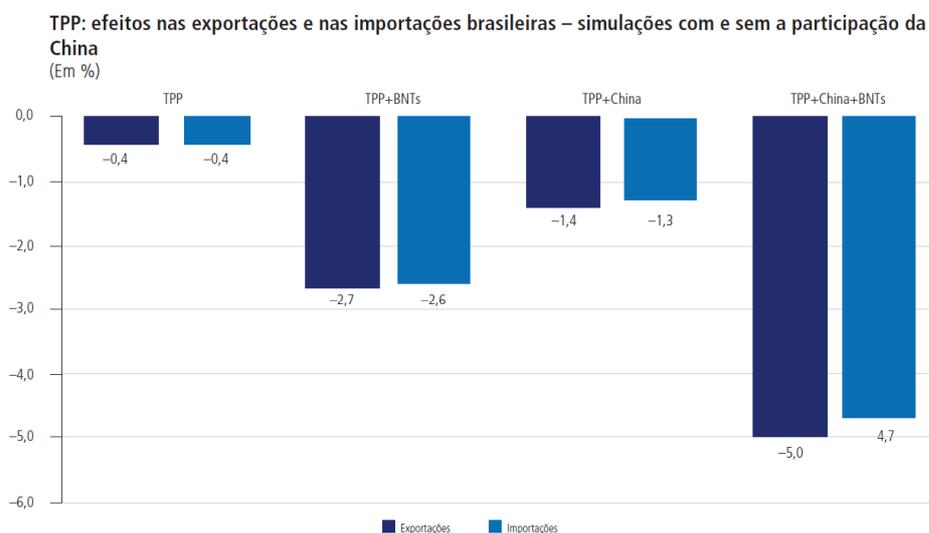
E no caso de adesão da China, ainda mais ela sendo o componente principal dos BRICS, traz uma redução maior ainda para o mercado brasileiro. No caso, os pesquisadores mostram com o gráfico que com a eliminação de tarifas, há uma redução de 1,4% de exportações e de 1,3% de importações.

No caso da retirada de 50% das barreiras não tarifárias entre China e os outros membros do grupo do TPP haveria uma diminuição de 5% das exportações e no caso das importações afetaria 4,7% a menos.

Os autores sintetizam as conclusões a que chegaram em suas pesquisas no gráfico 2, como podemos ver abaixo:

Canuto (2012) analisando os dados da pesquisa verifica o impacto profundo nas exportações e importações brasileiras no caso de participação chinesa no TPP com a cobertura de barreiras não-tarifárias.

Gráfico 2



Fonte: CCGI/FGV.

Os autores ainda analisaram setorialmente o impacto como no caso do agrícola e do industrial e no de sementes oleaginosas, incluindo a soja. Concluíram que, no setor agrícola, verifica-se ganhos mínimos na maioria das áreas; entretanto, as perdas são expressivas para as demais. Os autores acabam por sempre frisar que uma possível entrada da China, no TPP, agravaria a situação, assim como a retirada das barreiras não tarifárias.

Os preparados de carne sofrem queda de 5,1% do PIB setorial, os produtos animais de 2,8%, o de frutas e vegetais de 2,5%, demais cultivos como o do café de 1,1%.

O que chama a atenção dos pesquisadores é que com a entrada da China somada com a redução de 50% das barreiras não tarifárias, as perdas são visíveis. Chega-se a uma queda de 9,6% do PIB no setor de oleaginosas, incluindo a soja.

No setor industrial, mais uma vez os autores chegam à conclusão de que ocorrem perdas. Neste caso, elas se acentuam nos setores de couro (-6,7%), de têxteis (-1,5%).

Com relação ao TTIP, THORSTENSEN e FERRAZ (2014) também fazem uma análise com simulações com ou sem barreiras tarifárias com Estados Unidos (EUA) e União Europeia (UE). O que se pode adicionar à análise dos dois

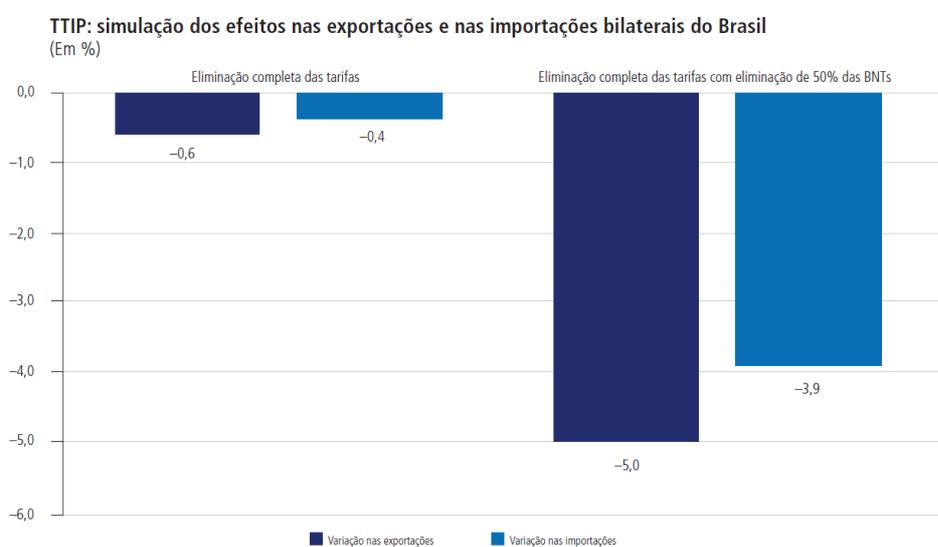
pesquisadores, refere-se aos dados do sistema Aliceweb do MDIC.

Estes dados mostram que Estados Unidos, China e Alemanha são os países que mais importaram do Brasil entre 2013-2016. No mesmo período, com relação à exportação quase o mesmo padrão se repete com Estados Unidos, China, Argentina, Holanda e Alemanha.

A posição da Argentina em terceiro lugar nas exportações pode ser explicada pelo relacionamento deles no âmbito do Mercosul (dados do MDIC pelo Aliceweb).

Canuto (2012) analisa os dados da pesquisa de THORSTENSEN e FERRAZ (2014). No Gráfico abaixo, Canuto utiliza os dados dos autores da FGV para ratificar que os impactos de primeira ordem para o Brasil em exportações e importações aumentam progressivamente com a redução das barreiras não-tarifárias entre UE e EUA.

Gráfico 3



Fonte: Centro de Comércio Global e Investimento da Fundação Getúlio Vargas (CCGI/FGV).

Para se chegar aos resultados acima, THORSTENSEN e FERRAZ (2014) trabalharam com as seguintes hipóteses: liberalização completa das tarifas entre EUA e UE e a eliminação completa de tarifas somada a isso, a eliminação de 50% das barreiras não tarifárias.

Os pesquisadores chegaram à conclusão de que sem as tarifas, as exportações

brasileiras para os Estados Unidos e União Europeia teria uma redução de 0,6%. Se com a eliminação, houver redução de 50% das barreiras não tarifárias, a queda vai para 5% das exportações brasileiras para esses dois grandes parceiros comerciais. A autora (2014) ainda salienta que em valores chegaria a uma redução de US\$3,8 bilhões.

Os autores também verificaram como ficaria no caso das importações. Assim, com a eliminação de tarifas, haveria uma queda de 0,4%, em valores seria de US\$0,3 bilhão. Com a redução de 50% das barreiras não tarifárias, a queda seria de 4%, em valores seria de 3,1 bilhões.<sup>3</sup>

Setorialmente, produtos e preparados da carne têm queda de 2,01% do PIB setorial. Os autores também verificaram que outros produtos sofreram queda de 1,23% e, o café de, 1,01% do PIB setorial. O único setor com ganhos, é o setor do trigo com um acréscimo de 1,54% no PIB.

THORSTENSEN e FERRAZ também ressaltam que poderá haver a possibilidade de cotas preferenciais para os Estados Unidos, podendo influenciar nas exportações brasileiras, reduzindo-as.

Com um aumento de fluxo comercial entre o bloco e os EUA poderá haver um aumento de 1,41% com produtos de madeira, entretanto haverá uma redução em transporte de -2,86%, em couro de -0,64% e em minerais não metálicos de -0,59%.

A outra simulação que os pesquisadores da FGV fazem é com relação a entrada do Brasil no acordo que engloba os EUA e a UE. THORSTENSEN e FERRAZ assumem hipóteses para impactos neste último caso:

- Com a supressão de tarifas e de 50% das barreiras não tarifárias, as exportações brasileiras teriam uma elevação de 126%. Em valores, isso poderia ser medido em US\$95,4 bilhões;
- Já supressões de 50%, 100%, 100% e 100%, respectivamente das tarifas agrícolas, industriais, brasileiras e barreiras não tarifárias, o valor aumentaria 102,4%, resultando em US\$77,3 bilhões;
- Havendo redução de 50% das tarifas agrícolas por parte dos EUA e da UE e o

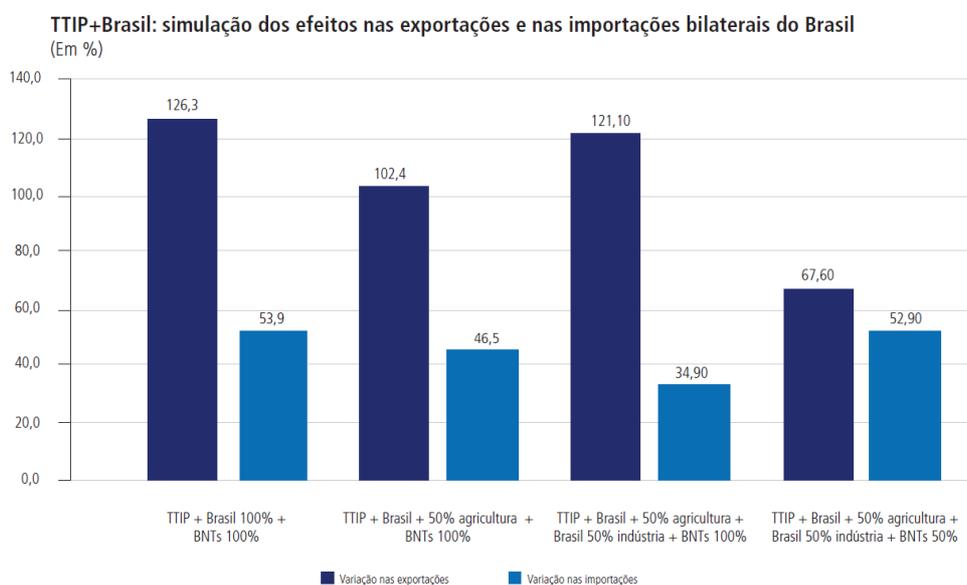
---

<sup>3</sup>THORSTENSEN e FERRAZ salientam que os valores *free\_on\_board* são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) de 2012.

Brasil reduzindo 50% das suas tarifas industriais e junto a esses dois fatores haveria a eliminação das barreiras não tarifárias, as exportações do Brasil aumentariam 121%, correspondendo a 91,5 bilhões.

- Com o mesmo exemplo citado acima, mas em um cenário mais realista, os ganhos seriam de 67,6% e em valores US\$51,1 bilhões.

Gráfico 4



Fonte: CCGI/FGV.

Acima, o gráfico mostra a síntese dos dados:

Considerando as importações, THORSTENSEN e FERRAZ analisam que com a eliminação completa das tarifas e das barreiras não tarifárias, elas teriam um aumento de 54%, em valor de US\$43,1 bilhões.

Com as mesmas supressões de 50%, 100%, 100% e 100%, respectivamente das tarifas agrícolas, industriais, brasileiras e barreiras não tarifárias, o valor aumentaria 46,5%, resultando em US\$37,2 bilhões.

Havendo redução de 50% das tarifas agrícolas por parte dos EUA e da UE e o Brasil reduzindo 50% das suas tarifas industriais e junto a esses dois fatores haveria a eliminação das barreiras não tarifárias, as exportações do Brasil aumentariam 34,9%,

correspondendo a 27,9 bilhões.

Setorialmente, os pesquisadores observam um aumento de 60% no PIB setorial da carne, 57% nos preparados da carne e 47% nos animais vivos, 35% no açúcar e 22% na cana de açúcar. Entretanto, perdas de 5,4% no PIB setorial do trigo podem ser constatadas.

No setor industrial, as perdas com a entrada do Brasil no acordo com os Estados Unidos e União Europeia afetam negativamente metais não ferrosos, máquinas e equipamentos, equipamentos de transporte e ferro e aço.

Como pode ser visto tanto nas simulações do TPP e do TTIP, os pesquisadores afirmam que “os resultados demonstram a urgente necessidade de adoção de medidas que garantam melhor competitividade à indústria brasileira, a fim de permitir a integração do país no comércio mundial”. (THORSTENSEN e FERRAZ, p. 12)

A partir dessa análise, eles chegam a conclusão de que os acordos preferenciais de comércio afetariam os interesses brasileiros negativamente com reduções enormes nas exportações se o Brasil entrasse neles ou se eles entrassem em vigor sem o Brasil?

Dessa forma, THORSTENSEN e FERRAZ analisam que as regras do Mercosul devem ser flexibilizadas para que o país possa se enquadrar dentro do momento econômico mundial.

Canuto chega a conclusões a partir da pesquisa de THORSTENSEN e FERRAZ. A primeira é a de que os impactos de primeira ordem do TTIP e TPP sobre as importações e exportações brasileiras serão reforçadas ainda mais pelo crescimento da competitividade nas economias participantes dos acordos. Depois, a de que os mega-acordos aumentarão a produtividade em atividades não-transacionáveis nas economias participantes.

Assim, para Canuto (2012), o Brasil deverá rever sua estratégia de se concentrar em acordos multilaterais e se abrir para agendas bilaterais com EUA e UE.

Esta mudança de foco deve ser também repensada a nível BRICS e a nível Brasil, afinal o país também deve repensar a maneira como está conduzindo suas relações com os países do agrupamento.

Tabela 1 – Crescimento do PIB entre 2007 e 2017

Crescimento do PIB: economias avançadas e emergentes (2007-2017)  
(Em %)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2007- -2015	2016- -2017
<b>Mundo</b>	<b>5,5</b>	<b>2,9</b>	<b>-0,5</b>	<b>5,4</b>	<b>4,1</b>	<b>3,2</b>	<b>3,2</b>	<b>3,3</b>	<b>2,9</b>	<b>3,3</b>	<b>3,6</b>	<b>3,3</b>	<b>3,4</b>
Total OCDE	2,7	0,2	-3,4	3,0	1,9	1,3	1,2	1,9	2,0	2,2	2,3	1,2	2,3
BRICS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,6	3,3
Brasil	6,0	5,0	-0,2	7,6	3,9	1,8	2,7	0,2	-3,1	-1,2	1,8	2,7	0,3
Rússia	8,5	5,2	-7,8	4,5	4,3	3,4	1,3	0,6	-4,0	-0,4	1,7	1,8	0,6
Índia	9,8	3,9	8,5	10,3	6,6	5,1	6,9	7,3	7,2	7,3	7,4	7,3	7,4
China	14,2	9,6	9,2	10,6	9,5	7,7	7,7	7,3	6,8	6,5	6,2	9,2	6,4
África do Sul	5,4	3,2	-1,5	3,0	3,2	2,2	2,2	1,5	1,5	1,5	2,0	2,3	1,8
Outros emergentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,7	3,7
Colômbia	6,9	3,5	1,7	4,0	6,6	4,0	4,9	4,6	2,8	3,0	3,3	4,3	3,2
Coreia do Sul	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	2,9	3,3	2,7	3,1	3,6	3,4	3,3
Indonésia	6,3	6,0	4,7	6,4	6,2	6,0	5,6	5,0	4,7	5,2	5,5	5,7	5,4
México	3,1	1,2	-4,5	5,1	4,0	3,8	1,6	2,1	2,3	3,1	3,3	2,1	3,2
Polónia	7,2	3,9	2,6	3,7	5,0	1,6	1,3	3,3	3,5	3,4	3,5	3,6	3,5
Turquia	4,7	0,7	-4,8	9,2	8,8	2,1	4,2	2,9	3,1	3,4	4,1	3,4	3,8

Fonte: Dados extraídos em 18 mar. 2016, às 14h47 UTC (GMT), de OECD.Stat. Disponível em: <<https://goo.gl/gbwplA>>.  
Nota: <sup>1</sup> Estimativa.

Assim, o Brasil deve seguir uma linha com os BRICS de trabalhar em conseguir “benefícios mútuos” e oportunidades de mais canais de diálogos STUENKEL (2015). E isso soma-se a mesma ideia de THORSTENSEN e FERRAZ, que acreditam que o Mercosul acaba prendendo o país a regras que travam novas parcerias com países estratégicos.

#### Demonstrativo dos países que mais exportam e importam do Brasil

Esta parte do presente trabalho procura analisar dados comerciais para sinalizar o quanto o Brasil ainda depende comercialmente dos EUA e o quanto ele está seguindo o mesmo caminho com a China.

Com essa análise é possível também verificar o quanto ainda seguimos comercializando com a nossa parceira de Mercosul, a Argentina.

A partir desse ponto, podemos analisar dados comerciais interessantes. Dentro do Grupo dos quatro, o Brasil possui um comércio ativo maior com a China, entretanto com os demais, mesmo tendo havido um relativo aumento, as atividades comerciais.

De acordo com os dados do sistema Aliceweb do MDIC, os maiores exportadores do Brasil são China, Estados Unidos, Argentina. Seguidos por Países

Baixos, Alemanha, Japão, Chile, México, Itália, Bélgica, Coreia do Sul, Índia, ...

Já com relação a importação, os principais países são Estados Unidos, China, Alemanha e Argentina. A Índia aparece na frente da Rússia em importação para o Brasil, na antepenúltima posição como o sistema mostra:

<b>Período</b>	<b>US\$ FOB</b>	<b>Peso Líquido (kg)</b>	<b>Quantidade</b>
<b>676 - Rússia</b>			
01/2016 até 09/2016	1.348.652.772,00	5.161.766.976,00	3.018.411,00
01/2015 até 12/2015	2.220.890.482,00	6.408.380.818,00	2.320.847,00
01/2014 até 12/2014	3.016.393.441,00	7.306.478.665,00	44.566.273,00
01/2013 até 12/2013	2.676.065.591,00	7.006.184.571,00	8.840.138,00

Se compararmos com os 3 primeiros, em importação, podemos ver que existe uma significativa diferença de comércio:

Consulta Detalhada			
Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade
<b>249 - Estados Unidos</b>			
01/2016 até 09/2016	17.700.581.990,00	20.664.388.598,00	2.844.022.716,00
01/2015 até 12/2015	26.471.345.593,00	23.367.041.291,00	3.531.198.076,00
01/2014 até 12/2014	35.018.330.949,00	29.790.223.598,00	3.779.480.711,00
01/2013 até 12/2013	36.018.510.576,00	29.232.037.782,00	3.544.417.835,00
<b>160 - China</b>			
01/2016 até 09/2016	17.192.050.281,00	5.973.915.656,00	27.199.120.805,00
01/2015 até 12/2015	30.719.405.022,00	10.915.469.704,00	43.915.177.521,00
01/2014 até 12/2014	37.344.985.579,00	12.577.637.482,00	54.344.243.393,00
01/2013 até 12/2013	37.303.817.486,00	11.445.995.646,00	53.939.482.421,00
<b>023 - Alemanha</b>			
01/2016 até 09/2016	7.010.283.881,00	1.936.602.385,00	1.100.385.737,00
01/2015 até 12/2015	10.379.562.880,00	2.629.006.560,00	1.418.982.954,00
01/2014 até 12/2014	13.837.992.732,00	3.083.030.997,00	1.618.334.371,00
01/2013 até 12/2013	15.183.148.377,00	3.052.159.717,00	2.018.633.723,00

Com um quadro regulatório e jurídico ultrapassado, o Brasil não avança em negociações de acordos (THORSTENSEN, 2014) como o TPP e o TTIP. Muito menos não avança nos acordos nos quais está inserido. Thorstensen (2014) afirma que o país paga o preço da sua dependência em relação à China, que importa apenas dois produtos do Brasil: minério de ferro e soja, assim a pauta da exportação focou em *commodities*, que valorizou o câmbio, aumentando a importação e fazendo indústrias quebrarem. O ponto central: é que em termos de valor, o comércio com a China é bom. Já em termos de qualidade, temos uma perspectiva de contraste e de discussão. Do ponto de vista geopolítico, por causa da nossa assimetria de poder, China tornou-se nosso novo *paymaster*.

Nos BRICS, a questão sempre foi o perfil de liderança chinesa no bloco, devido ao seu poder de avanço econômico não só dentro do *trade* como na política mundial. Hoje temos a China como o maior exportador global e um dos maiores importadores de produtos brasileiros<sup>4</sup>.

O Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet, denominado AliceWeb, é um sistema de consultas on-line e o sítio oficial de estatísticas de comércio exterior do governo brasileiro. Foi disponibilizado pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) em setembro de 2001, visando modernizar

<sup>4</sup> Dados tirados do Aliceweb do MDIC

as formas de acesso e a sistemática de disseminação dos dados estatísticos das exportações e importações brasileiras, permitindo consultar dados em bases mensais de janeiro de 1989 até o mês anterior ao mês corrente<sup>5</sup>.

Pode-se consultar por produto (de capítulo até o oitavo dígito da nomenclatura); país de origem (importação) e de destino (exportação); blocos; Unidade da Federação por zona produtora (na exportação) e por domicílio fiscal (na importação); municípios exportadores e importadores, via de transporte e por porto de embarque (exportação) e desembarque (importação)<sup>6</sup>.

China Importação:

<b>Período</b>	<b>US\$ FOB</b>	<b>Peso Líquido (kg)</b>	<b>Quantidade</b>
<b>160 – China</b>			
01/2016 até 09/2016	17.192.050.281,00	5.973.915.656,00	27.199.120.805,00
01/2015 até 12/2015	30.719.405.022,00	10.915.469.704,00	43.915.177.521,00
01/2014 até 12/2014	37.344.985.579,00	12.577.637.482,00	54.344.243.393,00
01/2013 até 12/2013	37.303.817.486,00	11.445.995.646,00	53.939.482.421,00

Aliceweb do MDIC

China Exportação:

<b>Período</b>	<b>US\$ FOB</b>	<b>Peso Líquido (kg)</b>	<b>Quantidade</b>
<b>160 – China</b>			
01/2016 até 09/2016	28.274.505.119,00	218.218.902.600,00	6.963.289.678,00
01/2015 até 12/2015	35.607.523.612,00	252.208.533.409,00	9.227.470.741,00
01/2014 até 12/2014	40.616.107.929,00	229.380.984.550,00	11.636.799.809,00
01/2013 até 12/2013	46.026.153.046,00	221.001.453.593,00	17.392.225.734,00

Aliceweb do MDIC

<sup>5</sup> fonte: <[http://www.mdic.gov.br/sistemas\\_web/aprendex/default/index/conteudo/id/248](http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/default/index/conteudo/id/248)>

<sup>6</sup> fonte:<[http://www.mdic.gov.br/sistemas\\_web/aprendex/default/index/conteudo/id/248](http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/default/index/conteudo/id/248)>

Dessa forma o Brasil está distante de uma negociação TPP O Brasil também deveria se aproximar fazendo acordos paralelos com os americanos, japoneses, canadenses e mexicanos?

A China está de fora do tratado, da mesma forma que o Brasil. Fatos que podem trazer grande impacto no mercado de ambos os países parceiros. Uma vez que ambos podem perder espaço na venda de produtos para mercados importantes do sudeste asiático. No caso Brasileiro, a exportação de frango e de açúcar pode ser gravemente comprometida, segundo Vera Thorstensen em seu trabalho sobre o isolamento do Brasil diante dos mega acordos.

Qual é o grande desafio do Brasil, hoje? O grande desafio é reavaliar o papel do país na América do Sul. Este lado do continente está dividido: metade está voltado para o Pacífico. Isso facilita a invasão de produtos, que foram feitos na China, via Peru, via México, via Chile, maquiados ou não, THORSTENSEN, 2013. A pesquisadora da FGV chega a comparar a situação atual com o século XV, como se houvesse um novo Tratado de Tordesilhas, e a China é o grande competidor mundial, que se aproveita da divisão da América do Sul.

No momento, a questão é que se o MERCOSUL é um acordo de livre comércio, ele para funcionar deve permitir que todos possam estabelecer acordos com outros países livremente, THORSTENSEN, 2013.

Vera Thorstensen (2014) trata do isolamento do Brasil diante dos recentes acordos e de como a Organização Mundial de Comércio (OMC) vem perdendo ou modificando seu papel nas negociações comerciais. Esta organização que era até pouco tempo a normatizadora no comércio internacional perde para os novos arranjos dos antigos donos do poder.

Além de se distanciar desses novos arranjos de poder, além da OMC, o Brasil não se integrou a nova cadeia de valor, que é a nova cadeia de produção industrial, dividir a produção de cada peça em lugares diferentes para baratear. Investiu no agronegócio e esqueceu a indústria e a tecnologia, não consegue hoje ser competitivo e depende demais da agricultura, logo se o TTIP fosse assinado perderia demais para os americanos que tomariam o mercado europeu com a sua agricultura subsidiada, THORSTENSEN, 2013.

Assim, buscar discutir tarifas é perda de tempo, o que se deve buscar,

segundo a pesquisadora, é diminuir burocracias, como regras alfandegárias, fazer acordos sobre barreira técnica, sanitária e fitossanitária. O dinamismo do comércio mundial levou ao fracasso medidas antidumping, estas acabaram sendo substituídas pela busca da redução de barreiras não tarifárias como as citadas acima, THORSTENSEN, 2013.

Com a suspensão temporária do TTIP, as atenções se voltam para o TPP, acordo selado entre Estados Unidos, Japão, Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã. O acordo abrange 40% da economia global, como disse o presidente Obama em seu discurso na ONU (<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/09/28/remarks-president-obama-united-nations-general-assembly>). O livre comércio prevê não somente o fim de bloqueios tarifários, mas também de proteção à propriedade industrial e de leis mais severas para proteção ao meio ambiente de acordo com o pensamento e ideias promovidas pelos países desenvolvidos e dominantes do Norte. (COSTA, 2016).

Este fato pode ser visto inclusive no discurso do Presidente americano Barack Obama, na Assembleia Geral da ONU, uma vez que ele salienta que “Nós podemos promover crescimento através do comércio que se enquadra num padrão mais elevado. E é isso que estamos fazendo através do TPP – um acordo comercial que abrange quase 40% da economia global; um acordo que abra mercados, enquanto protege os direitos de trabalhadores e protege o meio ambiente permitindo o desenvolvimento sustentável”.

## Parte 2 - Novos Arranjos de Poder

Passando de uma abordagem com dados econômicos a uma abordagem de RI, nota-se que foram criadas instituições multilaterais para melhor organizar os fluxos comerciais e que elas podem ser consideradas fragilizadas atualmente. Não só o G7 tornou-se G20 em função de arranjos paralelos de poder, como o BRICS, mas também as potências e o grande *hegemon* se realinharam para se manterem no poder e assim permanecer no controle do comércio mundial. Houve também um *power shift* do eixo Euro-Atlântico para a Ásia do sudeste.

O passado recente é necessário para entender o contexto da análise deste trabalho. Esta investigação poderia partir de fatos históricos como a expansão marítima, a colonização, a exploração das “novas” terras, as revoluções (que ocasionaram independências nas Américas), o neocolonialismo, as duas grandes guerras...

Porém partiremos do marco histórico da nova ordem econômica: a Conferência de Bretton Woods que deu origem ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM), instituições negociadas entre EUA e Grã-Bretanha anos antes do final da Segunda Guerra porque o mundo saía das mãos do poder britânico para o padrão dólar e a dominação americana. (FRIEDEN, 2010)

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, as potências vencedoras se reuniram para discutir sobre o futuro do gerenciamento econômico internacional em Bretton Woods. O objetivo era negociar as relações monetárias das nações após o período de guerras. Logo, a criação desta ordem pós-conflito refletiu o poderio econômico e militar dos vencedores da II Guerra Mundial e seus aliados (FRIEDEN, 2010).

A ordem monetária de Bretton Woods possibilitou que países pudessem administrar suas políticas monetárias alinhando com suas necessidades econômicas e políticas. Assim, alinhava-se a manutenção de valores das moedas estáveis com mercados abertos e estímulo ao comércio.

A presença norte-americana como liderança, unida a outras formas de cooperação ocidental desde o sistema de Bretton Woods colocaram os Estados Unidos da América (EUA) como o dominante da ordem geopolítica mundial. Como escreveu MONTENEGRO (2011, pág. 222): a partir de 1944, com o encontro em Bretton Woods, com a produção dos estatutos do FMI e do Banco Mundial e com o funcionamento prático desses organismos em 1945, seguido pela Conferência de Havana (1947-1948), a estratégia norte-americana de implementar a “pulling ahead strategy” deu início a uma nova fase da história contemporânea.

Assim, os Estados Unidos se tornaram o *hegemon*, (FRIEDEN, 2010). E com ele os outros líderes mundiais que dominavam o mundo desde antes se uniram para formar o grupo dos sete (G-7).

O G7 (grupo formado por Canadá, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos da América, Japão e Reino Unido) era o representante do núcleo duro de poder

mundial, liderado pelos EUA. E para contrapor esses países ricos, outros se uniram para formar um grupo para reorientar a ordem. Hoje eles fazem parte do BRICS (REIS, 2013; STUENKEL, 2016).

Assim, o contexto mudou no início do século XXI, quando foi possível ver a ascensão chinesa como a segunda economia global e o próprio Brasil chegou ao patamar de sexta economia mundial. Somados a isso vemos um crescimento econômico indiano acelerado e estabilidade econômicas na Rússia e na África do Sul.

Com essa mudança econômica, ficava constrangedor a não participação de Brasil, Índia, China e África do Sul das reuniões do chamado G8. Assim, em 2005, sob a presidência britânica do G8, estes países e o México foram convidados a participar das reuniões.

Assim, o BRICS foi criado num contexto em que países emergentes conseguiram se unir para exigir transformações institucionais e ideacionais a partir de grandes transformações materiais do sistema multilateral. Na época, os grandes blocos econômicos regionais, principalmente o Europeu e o Norte-Americano, já sofriam as primeiras transformações para aumentar a conectividade ente eles e entre a Ásia. Neste longo processo, foram criados os dois mega-acordos que nos interessam.

O *TPP* veio da ideia inicial do *Trans Pacific Strategic Economic Partnership Agreement*, mais conhecido como Tratado P-4. Este acordo voltado para o setor agrícola só chamou atenção quando o interesse americano veio a se materializar no governo do presidente Barack Obama. A entrada dos americanos atraiu a entrada de Austrália, Canadá, Japão, México, Peru e Vietnã.

O acordo prevê o fim de barreiras tarifárias nos setores de bens e serviços, consolidando padrões técnicos, direitos autorais entre outras questões que influenciam nos acordos comerciais. (COSTA, 2016)

Já o *TTIP*, sendo um acordo comercial entre um país, os Estados Unidos e um bloco econômico, veio para abrir o mercado americano às firmas europeias, ajudando a diminuir a burocracia entre eles, tornando tarifas mais justas e negócios mais fáceis de serem aplicados. Embora ele já estava totalmente travado mesmo antes das eleições americanas.

O TTIP veio para concorrer com a OMC, fazendo as novas regras do comércio do século XXI, THORSTENSEN, 2013. Isso, segundo ela, porque antes o comércio internacional era dominado por aqueles fundadores de Bretton Woods, os países que sempre dominaram e que sempre colocaram as regras comerciais, entretanto, esse cenário mudou com o crescimento de países emergentes, problematizando questões, o que levou à crise a Rodada de Doha.

E dentro da geopolítica mundial, com o aumento exponencial das exportações chinesas, os EUA iniciaram o acordo do Pacífico para disputar essa região com os chineses, THORSTENSEN, 2013. De certa forma, esses acordos vieram para frear a dominância chinesa na produção de mercadorias ou pelo menos fazer com que esses países voltem a ser competitivos e principalmente criar novas regras de comércio antes que isso seja feito pela China, que já é a maior exportadora do mundo.

Segundo a Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis (2013, 52), pensando em reformas nessas instituições financeiras internacionais e em ações, nas quais países emergentes e em desenvolvimento tivessem mais voz e representação, estudos de cenários foram formulados na década de 1990. Esses estudos buscavam países com características parecidas com o Brasil: diversidade e abundância em território, em população, em recursos naturais e em desenvolvimento científico e tecnológico.

Entretanto, o que explica a aproximação deles foi a participação em mecanismos multilaterais sob a égide da ONU, ou seja, uma batalha dos subdesenvolvidos desde os anos 1960 por reconhecimento e direito ao desenvolvimento, contra o "Norte". Eles acabaram assumindo papéis de promotores e líderes em vários debates, contra a fome, a ingerência internacional, os subsídios comerciais, etc.

Foi dessa forma que o Brasil foi se aproximando de Índia, China, Rússia e África do Sul. Não foi por causa de estudos que eles se aproximaram. Foram longos anos de participação em foros multilaterais e a vontade de obter maior reconhecimento internacional por meio de reformas dentro do sistema ONU (BW e CSNU) e fora (OMC e G20). Sendo que com a China o comércio já foi estreitando em 1993 (REIS, 2013). As relações entre China e Rússia sofreram mais esforço em 2012 expressou intenções e depois voltou suas atenções para o parceiro chinês.

Às vésperas das eleições, um artigo do então candidato à presidência da

Rússia, foi publicado ressaltando a simbologia dos BRICS como símbolo da transição de “um mundo unipolar para uma ordem mundial mais justa”. O Presidente Putin convenceu a China, e o fato dos quatro terem economias muito promissoras e “O BRICS une cinco países com uma população de quase três bilhões de pessoas, as maiores economias emergentes, recursos naturais e mão-de-obra colossais e enormes mercados domésticos”. (LUKYANOV, p.536, 2013)

A formalização oficial da união desses países só foi acontecer, em Ecatimburgo, na Rússia, em 2008, com a primeira reunião dos Chanceleres do BRIC (ainda sem a África do Sul) por iniciativa russa. Oliver Stuenkel, em *Os BRICS e o Futuro da Ordem Global* (2015) cita Martin Wolf, “... Esses países não têm basicamente nada em comum, exceto que eles são chamados de BRICS e eles são muito importantes. Mas em todos os aspectos, seus interesses e valores, sistemas políticos e objetivos são substancialmente diversos. Logo, não há nenhuma razão para esperar que eles concordem com algo relevante no mundo, exceto que as potências dominantes devem ceder parte de sua influência e poder.”

Outros pontos de heterogeneidade do grupo, além da diferença de crescimento econômico, são: a exportação de commodities pelo Brasil e importação maior de bens manufaturados de origem chinesa; as tensões entre China e Índia relacionadas ao Paquistão e Tibet; as disputas entre Rússia e China pela proeminência na Ásia Central e a ambição de ambos, Índia e Brasil, pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, embora não concorram, Brasil não faz mais articulações neste sentido porque perdeu a oportunidade em 2005-6.

Diante de tantas diferenças, qual é a relevância atual do BRICS para o Brasil? Para o governo Brasileiro, BRICS seria um agrupamento “funciona como um espaço de ampliação do diálogo, identificação de convergências em diversas áreas; além de ampliar as possibilidades de acordos comerciais entre os participantes<sup>7</sup>”.

Uma vez que a ordem econômica atual mudou substancialmente nos últimos anos, os atuais problemas econômicos afetam o agrupamento e o entendimento dele para o seu fortalecimento no presente e no futuro? O discurso de minimização da importância do bloco faz sentido ou é apenas uma estratégia de outros grupos para

---

<sup>7</sup> <<http://www.brasil.gov.br/governo/conteudos-excedentes/agrupamento-brasil-russia-india-china-africa-do-sul-brics-1/blocos-politicos-e-economicos/agrupamento-brasil-russia-india-china-africa-do-sul-brics-1>>

levar ao descrédito dos BRICS? E o Brasil? Deveria focar em outras alianças estratégicas como o TPP?

Atualmente, o grupo passa por um questionamento de seu futuro, e um pouco de descrédito é questionado por especialistas, THORSTENSEN, 2013. Um dos questionamentos é com relação ao bloco não apresentar ideias inovadoras que possam trazer soluções para a agenda global, como um novo rearranjo da governança mundial. Este fato alterou-se com o desenvolvimento do Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o Banco Asiático de Investimentos e Infraestruturas, que vieram para disputar espaço com o FMI e o BM. Segundo Oliver Stuenkel (2016) e Jochen Prantl (2013) a China tem papel central na construção de uma ordem paralela, posto que Washington não consegue mais assegurar uma ordem estável e fornecer bens públicos como a paz e a estabilidade.

Vera Thorstensen, “O Isolamento do Brasil em relação aos acordos e mega-acordos comerciais” (2013), afirma que quando o as negociações terminaram e o TTIP e o TPP entrarem em acordo, o patamar de regulação vai ser muito maior, criando barreiras, principalmente porque o acordo entre EUA e UE é um acordo de regras de comércio. Além disso, ela ainda prevê efeitos como o fato de os EUA serem muito competitivos em agricultura e pelo TTIP estabelecer que a UE deve abrir mais cotas para os EUA, assim, o Brasil será prejudicado em diversos produtos como laranja, soja e carne.

No mesmo artigo, Vera Thorstensen, questiona o papel do BRICS no comércio internacional, uma vez que o agrupamento não tem acordo com os EUA, com a UE e com o Japão. Dessa forma, ela acredita que quando o TTIP e o TPP funcionarem, os BRICS ficarão isolados, já que não estamos criando novas regras, que para ela seriam barreiras técnicas, sanitárias, fitossanitárias, de emissão de poluentes. Do ponto de vista econômico, BRICS não têm acordo grande e já aumentou fluxos comerciais de forma significativa; logo, talvez, não consiga aumentar mais no curto prazo. Porém, do ponto de vista em RI, BRICS podem ser uma ótima alternativa para aumento da capacidade de interlocução brasileira (voz nas negociações comerciais multilaterais). Uma vez que o Brasil falaria na OMC e na ONU com apoio da China e Índia.

Assim, uma análise do nível sistêmico, questionando a estrutura do sistema

internacional de conflito entre as economias do Norte e as do Sul, a partir de uma visão Globalista nos fornece entendimento de como os mega-acordos podem isolar os BRICS. Outro fato, é que o agrupamento dos cinco (5) grandes rompeu com a hegemonia das economias do Norte, que eram o principal foco dos acordos do Sul. Dessa forma, teremos um cuidado maior com fatores econômicos e com os mecanismos de dominação entre os Estados.

Mas o principal impacto é o livre acesso desses países ao mercado americano. Fato este que não foi obtido através da Organização Mundial de Comércio (OMC) e que agora se efetiva. Essa abertura econômica norte-americana aos países que compõem a parceria acaba se tornando uma mudança geopolítica de peso e não meramente um fato econômico.

No trabalho de Vera Thorstensen e de Lucas Ferraz (2014) podemos analisar o momento atual como o fato de negociações via Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC) ter se esgotado e do esforço de tentar fazer o Mercado Comum do Sul (Mercosul) funcionar adequadamente, acabou isolando o Brasil. Além disso, não houve avanços de acordos com a União Europeia devido à inflexão das políticas do Mercosul e das barreiras de subsídios europeus, como salienta estudos de Vera Thorstensen (2014).

O governo brasileiro assumiu uma postura ideológica em sua política de comércio internacional e isso o fez voltar-se para a América do Sul, priorizando o MERCOSUL. Para Vera, este acordo Sul-Sul está morto, além de materializar o fato de que a América do Sul não quer o Brasil, países como Chile e Peru buscaram entrar no TPP e se encontrarem ao Pacífico.

Thorstensen e Ferraz (2014) também salientam que o isolamento brasileiro vem do seu posicionamento voltado para acordos do tipo Sul-Sul, com o Mercosul. Esse tipo de acordo acaba restringindo o comércio brasileiro para uma maior integração na economia global. Houve um bom crescimento do comércio intra-bloco, mas do ponto de vista estratégico não foi um fator de fortalecimento internacional do país. Pode-se analisar aqui similarmente a questão do agronegócio brasileiro: em termos de ganhos, lucros e mercado, o agronegócio é a melhor opção brasileira, uma vez que é altamente competitivo. Em termos de geopolítica é desarmônico porque Brasil se desindustrializou, não fortalece o Mercosul e não investe em

desenvolvimento de outros setores, como serviços do século XXI e nem educação.

## Conclusão

Depois de uma abordagem econômica e uma abordagem política, chega-se a algumas perspectivas sobre a postura do Brasil com relação aos BRICS e ao Mercosul em relação ao novo realinhamento de países ao fazerem acordos bilaterais e mega-acordos de comércio.

Na introdução foi questionado se o comércio brasileiro seria afetado por não integrar os mega-acordos e como eles podem levar a um isolamento comercial, caso o Brasil não consiga participar e o resultado da pesquisa conduz à conclusão de que, economicamente, o Brasil está sendo conduzido ao isolamento; diplomaticamente, temos um espaço para debate pelas razões principais abaixo:

A conclusão é a de que, tanto na abordagem econômica quanto política durante o período de 2006 a 2016, o Brasil priorizou negociações apenas a nível OMC, perdendo oportunidade de estar na vanguarda de acordos além da OMC. Ou seja, priorizou acordos na esfera multilateral e na esfera SUL-SUL, esta opção foi diplomática de privilegiar o Mercosul regional e a OMC global, em vez de acordos mais informais e agressivos.

O que se vê é que vários países estão fazendo acordos preferenciais de comércio e não vislumbramos grandes acordos envolvendo os BRICS com os grandes parceiros internacionais que são EUA, UE e ainda o Japão. Além desses, o Brasil teria grandes ganhos dentro da cadeia de valor internacional e dentro de acessibilidade tecnológica se também vislumbrasse acordos com México e Canadá.

O Brasil está em uma situação delicada, cenários econômicos para este ano mostram que América latina não é prioridade para os Estados Unidos da América, ainda mais depois do resultado das eleições americanas.

A falta de uma visão clara sobre o dinamismo mundial, fez com que o país se isolasse não fazendo acordos preferenciais, distanciasse das cadeias de valor de produção e dependesse brutalmente da China ao exportar soja em grão e minério de ferro. Essa é uma análise do ponto de vista econômico, no qual é possível aumentar o fluxo comercial, aumentando exportações, etc. Entretanto, do ponto de vista diplomático e também da nossa desindustrialização forçada pelo agronegócio, ficamos para trás de conquistas reais por espaço no jogo de poder dos grandes

*traders* ao focar em apenas alianças ideológicas.

Assim, o Brasil teria algumas opções para sair do isolamento ao qual se colocou: restabelecer contato com a União Europeia, negociar comercialmente e tentar balancear as exigências protecionistas europeias e/ou fortalecer os BRICS e começar a estabelecer acordos com grandes parceiros (como EUA, UE, México, Canadá e Japão) além da OMC, expandindo áreas de influência e, principalmente, participando da criação de barreiras técnicas, sanitárias, fitossanitárias e de emissão de poluentes e de regras alfandegárias.

Do ponto de vista econômico, o Brasil ganharia mais se negociasse mais abertura comercial com o Mercosul, no caso de querer a manutenção do mercado comum. Neste caso, teria de haver uma conversa com os países membros para se entrar a um acordo. No caso da China, a mesma coisa para aumentar os lucros com relação ao agronegócio. Assim, o principal foco de mudança é a revisar e buscar novos caminhos além da estratégia multilateral e é por isso que se faz necessário realinhar e renegociar com o Mercosul para assim abrir negociação com UE e EUA.

Assim, o Brasil acabou por se colocar numa posição de isolamento do restante comércio internacional para se voltar ao que ela chamou de “um infrutífero de manter intacto o Mercosul.” Uma vez que, os acordos com o Mercosul podem ser o grande freio para a inserção brasileira, já que não reforça nossa posição regional.

Do ponto de vista político, o Brasil deve analisar seu papel na América do Sul, geopoliticamente, o Brasil é uma ilha cercada por países que não o veem como um líder regional e nem querem que este fato ocorra. O espaço do Brasil não deve ser reduzido a um espaço regional, o seu espaço é o mundo. Para o seu enriquecimento, ele deve se alinhar a uma maior diversidade de países para aumentar seus acordos de cooperação em áreas-chave, como a área de tecnologia e dessa forma deixar de se alinhar ideologicamente.

Desse ponto de vista, os autores THORSTENSEN e FERRAZ demonstram efetivamente como estamos isolados e como devemos nos integrar ao mundo globalizado e não nos restringirmos a uma área regional. O lugar do Brasil é o mundo.

## Referências bibliográficas

BAUMANN, Renato. As economias emergentes e o cenário internacional. São Paulo: Radar, 2016.

BRICS: estudos e documentos / Renato Baumann [et al.]. – Brasília: FUNAG, 2015.

COSTA, Ligia Maura. Tratado Transpacífico de Livre Comércio: É Possível Reparar os Prejuízos? FGV Executivo. V.15. N1. JAN/JUN, 2016.

FERRAZ, Lucas & THORSTENSEN, Vera. O Isolamento do Brasil em Relação aos Acordos e Mega-acordos Comerciais. Boletim de Economia e política Internacional (BEPI). São Paulo, 2014.

HERZ, Mônica & HOFFMAN, Andrea Ribeiro. Organizações Internacionais: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 10ª reimpressão.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Brazil, BRICS and the international agenda / José Vicente de Sá Pimentel (Org). Brasília: FUNAG, 2013.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Debatendo o BRICS / José Vicente de Sá Pimentel (Org.). – Brasília: FUNAG, 2013.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel (Org.). – 2. ed. rev. ampl. - - Brasília: FUNAG, 2013.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Manual das organizações internacionais / Ricardo Antônio Silva Seitenfus. 5. ed. rev., atual. e amp. 2. Tir. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

STUENKEL, Oliver. The BRICS and the future of global order. Lanham:

LexingtonBooks, 2015, 228p.

Sites:

<<http://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/file/Publicacoes/Sapientiaed18.pdf>>

<<https://www.youtube.com/watch?v=Gnw4ZgaDRtk>>

<<http://diplomattizando.blogspot.com.br/2015/10/os-mega-acordos-comerciais-ameacam-o.html>>

<<http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/577/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Montenegro%2C+Pedro+da+Silveira>>

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>

<<https://ustr.gov/tpp/>>

<<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=1500>>

<<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/09/28/remarks-president-obama-united-nations-general-assembly>>

<<https://motley.ie/the-trans-pacific-partnership-explained/>>

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1692769-obama-diz-que-china-fora-do-ttp-decretara-regras-do-comercio-mundial.shtml>>

<<https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>>

<[http://www.mdic.gov.br/sistemas\\_web/aprendex/default/index/conteudo/id/21](http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/default/index/conteudo/id/21)>